

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO
DA **XXª VARA CÍVEL** DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXX/DF

Autos: XXXXXXXXX

Fulano de tal, telefone XXXXXX, parte executada
qualificada nos autos, representada em Juízo pela **DEFENSORIA
PÚBLICA do DF**, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

prolatada nesta causa, em face de **Fulano de tal**, fazendo-o com
amparo nos fundamentos fáticos e jurídicos adiante alinhavados.

I. ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO:

Dispõe o artigo 525, do CPC/2015:

“Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

§ 1º Na impugnação, o executado poderá alegar:

I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;

II - ilegitimidade de parte;

III - inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

IV - penhora incorreta ou avaliação errônea;

V - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;”.

Cuida-se de impugnação ao cumprimento da sentença que objetiva o reconhecimento do excesso de execução, em razão da inobservância dos limites impostos na sentença de ID XXXXXXXXXX.

II. DA TEMPESTIVIDADE:

A presente impugnação é tempestiva, eis que a intimação de ID XXXX foi juntada em **XX de XXXXX de XXXXX**.

Contando-se o prazo legal de XX dias em dobro, conforme o que dispõe o **artigo 186 do CPC/2015**, o último dia do prazo para a interposição do presente recurso se dará dia **XX de XXXXXX de XXXX**. **Tempestivo, portanto, a presente impugnação.**

III. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA DO EXCESSO DE EXECUÇÃO:

III.1 - Breve síntese e fundamentação

Trata-se de Ação de Extinção de Condomínio ajuizada por Fulano de tal em face da Requerida, ora Executada, cujo objeto é a partilha, em razão de XX0%, de: veículo XX modelo XXXXX, placa XXXXX; reboque de carga XXXXXXXX, placa XXXXXX; e veículo XXXXXX, placa XXXXXX.

Após regular trâmite processual, este d. juízo julgou parcialmente procedente os pedidos para condenar a Executada “*a pagar ao autor metade do valor dos direitos relativos aos veículos XXXX e XXXXXX, na forma acima estabelecida. Os valores deverão ser corrigidos desde XXXXXXXX de XXXX e acrescido de juros de mora de X% a contar da citação*”.

A “forma acima estabelecida” mencionada por este d. juízo se refere à seguinte passagem da sentença:

De modos que, ao fim da união estável, ocorrida em XXXX de XXXX, todos os direitos relativos aos três veículos pertenciam aos ex-companheiros, à razão de XX% para cada um. Como os veículos encontravam-se alienados fiduciariamente a instituições financeiras, devem ser repartidos os direitos relativos ao percentual dos empréstimos pagos à época aplicados sobre o valor dos veículos em XXXXXX de XXXX. Ou seja, após a apuração do percentual pago em relação a cada empréstimo, o mesmo deve ser aplicado sobre o valor de mercado de cada um dos veículos, este é o valor a ser partilhado. Ressalte-se que para tal apuração deve, ser considerados eventuais encargos de

mora existentes em XXXX de XXXX”.

Da prolação da sentença não houve recurso, tendo transitado em julgado em XX/XX/XXXX, nos termos da Certidão de ID XXXXX.

Contudo, em petição de cumprimento de sentença, o Exequente apresentou cálculos sem observar os limites fixados na sentença, no que tange ao cálculo dos juros de mora a partir da data da citação (**XX/XX/XXXX, nos termos da certidão em anexo**) e às informações dos valores de cada veículo com aplicação do percentual pago em relação a cada empréstimo.

Dessa forma, o valor total de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX) cobrado pelo Exequente é flagrantemente excessivo.

Observa-se que é obrigação do Requerente trazer aos autos os documentos que comprovem os valores estabelecidos pela sentença *a quo*, o que não foi feito.

A título de demonstração do flagrante erro de cálculos, a Executada requer a juntada das pesquisas do valor de mercado em **XXXXX de XXXX** dos referidos veículos, com a atualização feita da forma correta, respeitando os limites da sentença.

Com efeito, o valor encontrado foi de R\$ XXXXXX (XXXXXXXX).

Assim, faz-se necessária a intimação do Exequente para que junte aos autos os valores corretos na forma determinada na sentença e, em seguida, sejam remetidos os autos para a contadoria judicial, para se apurar o valor devido, considerando a complexidade dos cálculos, uma vez que deve-se apurar o percentual pago em relação a cada empréstimo, na forma determinada pela sentença de ID XXXXXX.

IV. PEDIDOS:

Com essas considerações, a parte executada postula:

a) a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, com fulcro no art. 98, do CPC, em razão de sua hipossuficiência;

b) a intimação da parte contrária para que se manifeste acerca da presente impugnação, trazendo aos autos os documentos determinados pela sentença, para possibilitar a elaboração dos cálculos da forma correta;

c) Após, requer sejam os autos remetidos para a contadoria judicial, ante a complexidade apresentada;

c) o julgamento de procedência do pedido ora formulado na presente impugnação, para pronunciar o **excesso de execução** e decotar do cumprimento de sentença os valores que ultrapassem as parcelas reconhecidas em sentença;

d) no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, o arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais com base no art. 85, do CPC/2015 (cf. STJ, REsp 1.134.186/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/08/2011, DJe 21/10/2011), os quais, por força da atuação da Defensoria Pública, deverão ser revertidos aos cofres do Fundo de Aparelhamento da DPDF (PROJUR).

Termos em que pede deferimento.

XXXXXX - DF, XX/XX/XXXX

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL
Defensor Público